

GIOVANA BENETTI

Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo, com período de pesquisa no Max Planck Institute for Comparative and International Private Law em Hamburgo, Alemanha. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Especialista em Processo Civil pela mesma instituição. Professora convidada em cursos de Graduação e Pós-Graduação. Advogada e árbitra.

DOLO NO DIREITO CIVIL: UMA ANÁLISE DA OMISSÃO DE INFORMAÇÕES

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL
SÃO PAULO, 2019
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

GIOVANA BENETTI

Dolo no Direito Civil:

Uma Análise da Omissão de Informações

São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 85-7674-997-1

1. Direito Privado. 2. Direito Civil.
3. Dolo. 4. Omissão. I.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Apresentação da Autora	15
Prefácio.....	17
Introdução	21

I. CONCEITO, NATUREZA E ELEMENTOS DO DOLO, 27

1. A configuração do dolo	29
1.1. Conceito	30
1.2. Natureza	32
1.3. Elementos	40
1.3.1. Elemento subjetivo: intenção de enganar.....	41
1.3.2. Elemento objetivo: manobra, mentira ou omissão	45
1.4. Não afastamento do dolo pelo comportamento do <i>deceptus</i>	48
1.5. Diferenças entre dolo e erro	57
2. Classificação do dolo	65
2.1. Temporalidade: dolo antecedente, concomitante e superveniente ao contrato	66
2.2. Essencialidade: dolo principal e acidental	69
2.3. Abrangência: dolo total e parcial.....	76
2.4. Autoria: dolo por ato próprio, dolo de terceiro e dolo do representante	78
2.5. Reciprocidade: dolo unilateral e bilateral	83
2.6. Tolerabilidade: <i>dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	86
2.7. Conduta: dolo comissivo e omissivo	93
3. Dolo por defeito informativo	95
3.1. Conceito	95
3.2. Distinção entre dolo por defeito informativo e outras figuras	98
3.2.1. Responsabilidade pré-contratual por violação culposa do dever de informar.....	99
3.2.2. Vícios redibitórios.....	114
3.2.3. Inadimplemento contratual.....	126
3.2.4. Cláusulas de declarações e garantias	139

II. A QUALIFICAÇÃO DA OMISSÃO DOLOSA, 151

4. A construção do conceito da omissão dolosa no	
Direito brasileiro.....	155
4.1. Conceito	156
4.2. Evolução Legislativa	164
5. Elementos da omissão dolosa	166
5.1. Elementos tradicionais.....	167
5.2. Elemento específico: violação intencional do dever de informar sobre fato ou qualidade que o <i>deceptus</i> haja ignorado	170
5.3. Não afastamento da omissão dolosa pelo comportamento do <i>deceptus</i>	190
5.4. A autonomia da omissão dolosa em relação ao dolo por comissão	204
6. Peculiaridades da omissão dolosa em face ao regime geral.....	206
6.1. Omissão dolosa principal ou acidental.....	207
6.2. Omissão dolosa de terceiro	212

III. O DEVER DE INFORMAR E A SUA VIOLAÇÃO NA OMISSÃO DOLOSA, 219

7. Conceito do dever de informar e a sua qualificação na fase pré-contratual.....	222
7.1. Elementos.....	228
7.2. Distinções: dever de conhecer e ônus de autoinformação	232
7.3. Fontes	239
7.4. A medida do dever de informar	245
7.4.1. O alcance do ônus de autoinformação do credor	248
7.4.2. O alcance do dever de informar	251
8. Graus de relevância do dever de informar na omissão dolosa	262
8.1. Circunstâncias subjetivas.....	264
8.1.1. Características do lesado	264
8.1.2. Relações paritárias ou assimétricas.....	269
8.1.3. Relações permeadas por especial confiança	278
8.2. Circunstâncias objetivas	286

8.2.1. Tipo de informação.....	287
8.2.2. Desenvolvimento das negociações na fase pré-contratual	293
9. Incidência do dever de informar na omissão dolosa conforme o tipo contratual	302
9.1. Compra e venda de imóvel.....	304
9.2. Compra e venda de estabelecimento comercial (trespasse)	308
9.3. Compra e venda de participação societária ('cessão de quotas')	314
9.4. Locação.....	322
9.5. Contrato de seguro	327

IV. OS EFEITOS DO DOLO POR DEFEITO INFORMATIVO, 335

10. Efeitos Anulatório e Indenizatório	337
10.1. Efeito anulatório derivado do dolo principal	338
10.2. Efeito indenizatório derivado do dolo principal e do dolo accidental	350
10.2.1. Regime de responsabilidade decorrente do dolo	352
10.2.2. A medida da indenização em face do dolo.....	362
10.3. Dolo invalidante: o exercício da ação indenizatória não implica confirmação.....	381

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 393

REFERÊNCIAS, 403

Referências Bibliográficas.....	405
Julgados Nacionais.....	417
Julgados Estrangeiros	421
Sentenças Arbitrais.....	422